

7. Emancipação: Primeira Correspondência para a Antropologia

Chegou o momento de deixarmos a útil perspectiva "materialista" de VN, e voltar atrás, às origens culturais dos factores de transformação da condição feminina que estiveram na origem das legislações que autorizaram a contracepção oral e o aborto. E das suas consequências culturais e sociais no domínio fulcral da maternidade e da reprodução das gerações.

O impacto extraordinário que viria a ter, quase de imediato, a legalização da contracepção oral (primeiro, participada pela Segurança Social e em seguida, gratuita!), escapou, segundo Françoise Héritier¹, aos que foram responsáveis pela decisão política. Já citámos - e relembramos - o "paradoxo" que espanta FH: "*A concessão paradoxal às mulheres do instrumento da sua emancipação*".

Este instrumento de emancipação foi concedido às mulheres praticamente por engano (...) ***No espírito dos parlamentares, o acesso à contracepção era um meio de regulação dos nascimentos que ia ser confiado às mulheres, nunca uma alavanca para acederem à autonomia e à liberdade***².

O paradoxo provinha da contradição entre a dominação masculina e a sua tendência natural para se manter e a "concessão" (aparentemente gratuita) de uma espécie de "carta de alforria" e da liberdade às mulheres. A questão coloca-se para FH porque a sua obra focaliza-se desde muito cedo na questão da dominação masculina e no enigma da sua quase universalidade: um "invariante" através do tempo e do espaço, correlativo à proibição do incesto e à sua consequência lógica, a exogamia. A bem da brevidade, evitemos descrever os termos do debate que precede os seus trabalhos e vamos directamente à tese original de FH: o que explica a importância que teve sempre e em todo o lado a dominação masculina sobre as mulheres provém do facto que são elas que têm o poder de reproduzir o grupo, visto que só elas dão à luz, e não só seres como elas - filhas, isto é, o mesmo - mas também filhos - o outro. Deter o poder sobre o poder reprodutivo das mulheres é deter o poder absoluto, que garante a sobrevivência e a eventual expansão do grupo e por essa razão elas são o "bem mais necessário, porque sem reprodutoras, não há futuro". Mas prossegue, "tendo em conta o tempo necessário ao fabrico *in utero*, à amamentação (que é ainda de dois ou três anos nas sociedades tradicionais), do tempo necessário à aprendizagem da autonomia física pela criança, impuseram-se igualmente duas conclusões: era preciso não só que os machos fecundadores se apropriassem as mulheres para evitar que o fruto cobiçado (um filho, um semelhante) lhes escape em proveito de outro, mas era igualmente necessário confinar as mulheres nessa tarefa (...) deviam servir essencialmente para isso e serem limitadas a essa tarefa e ao seu contexto nutritivo."³

A equação fica completa se concluirmos com FH que os homens dominaram as mulheres *para* controlarem o seu poder reprodutivo; recíproca e transitivamente, ao controlarem o poder reprodutivo, dominavam as mulheres. O que está portanto em jogo, é a reprodução, não a dominação em si. Tendo os homens perdido o controlo sobre a reprodução, ao conceder às mulheres essa "alavanca de emancipação e liberdade", os homens provocaram sem dar-se conta ("por engano") uma revolução radical nas relações entre sexos. Compreende-se o espanto de FH pelo "paradoxo" acima evocado.

Childless ou Childfree?

O efeito mais importante à escala global foi o de potenciar o decréscimo da taxa de natalidade, que outros factores (como o crescente acesso das mulheres à educação e ao mercado do trabalho) já tinham lançado. Em todos os países ocidentais, de onde partiu a "revolução" reprodutiva, a

1 Françoise Héritier, (1933-2017). Antropóloga, Africanista, sucedeu a Claude-LéviStrauss de quem foi aluna, na direcção do Laboratoire d'Anthropologie Sociale da EHESS e na cátedra do Collège de France, que foi a primeira mulher a assumir.

2 F. Héritier, *Masculin / Féminin II. Dissoudre la hiérarchie*. Paris, Odile Jacob, 2012 (2001), [147]. [Itálicos no original]

3 F. Héritier 2005. "Théorie anthropologique de l'évolution", in F. Héritier (Dir.) *Hommes, femmes: la construction de la différence*. Paris, Ed. Le Pommier, 2005. p. 45

natalidade desceu abaixo do nível de renovação das gerações. Efeito macrossocial que, por resultar da agregação de decisões individuais, passou despercebido dos agentes, nomeadamente das mulheres e dos seus companheiros. Que uma mulher em cada dez em França, uma em cada cinco na Áustria, na Suíça⁴, na Alemanha, ou nos Países-Baixos, por exemplo, encerre a sua janela de fecundidade sem ter tido filhos⁵, e que as mulheres que os têm limitem o seu número, são comportamentos que, adicionados, resultam em taxas fecundidade de **1,53** filhos por mulher (UE 27, 2020). O défice em relação à taxa de fecundidade que permitira a renovação das gerações (2,1), é em muitos países da UE de quase um filho por mulher. (Espanha 1,19, Itália 1,25, Polónia 1,33, Portugal 1,35). Entre os países que mantiveram um Índice Conjuntural de Fecundidade (ICF) *menos* deficitário, a Suécia 1,67, a França 1,84, a Islândia 1,82⁶. Nos Estados Unidos a tendência é semelhante, 1,7⁷. Noutros países que "concederam" **no** início da década de sessenta às mulheres essa "alavanca" de emancipação que foi o acesso livre à contracepção, fora da Europa, os números são eloquentes: ICF no Japão (1,26), China (1,19) e na Coreia do Sul (0,78).

Impõe-se uma modulação a esta interpretação. Primeiro, verificou-se um certo declínio da fertilidade nos países industrializados *antes* da introdução dos contraceptivos modernos: outros métodos eram utilizados, o que indicia uma *vontade de limitar os nascimentos*, que só encontraria o meio de realizar-se plenamente com a contracepção hormonal. Segundo, esse declínio afectou de modo bastante desigual as diferentes classes sociais. As mais privilegiadas foram pioneiras, as classes populares mantiveram durante décadas uma fertilidade mais elevada⁸. Em terceiro lugar e por fim, esse diferencial manteve-se e em certos países acentuou-se com o acesso desigual à educação e ao trabalho qualificado. No mundo actual são as mulheres mais educadas e de nível socioeconómico mais elevado que têm menos filhos e mais tarde (os dois factos estão ligados). E a média geral continua a baixar.

O cálculo individual sobre a fertilidade (os economistas falam de custo de oportunidade do primeiro filho) inclui nas classes médias e médias-altas a escolha entre estudos mais longos e investimento na carreira profissional e reprodução. O adiamento do casamento e da primeira maternidade, combinados com as circunstâncias de uniões precedentes (e eventuais rupturas) resultam desse compromisso⁹. Com o "relógio biológico" a contar, sem piedade para com "cálculos" nem para com a arrogância dos novos construtivismos (a biologia é o que dela fazemos) que sonham uma Úbris de "liberdade" soberana contra as leis da natureza, muitas mulheres encontraram-se presas numa armadilha que elas próprias teceram. Numerosas são as que, ao acordar para o seu desejo de maternidade, ou a achar que podem por fim dar-lhe prioridade, constatarem que esperaram demasiado. E começa o pesadelo das intervenções das tecnologias cujo custo psicológico (e não só) é imenso. Custos que decorrem sobretudo da baixíssima eficácia (taxa de sucesso) dessas tecnologias.

4 Michaela Kreyenfeld, Dirk Konietzka (Eds.) *Childlessness in Europe: Contexts, Causes, and Consequences* <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-319-44667-7> . Open access.

5 O Guardian dá números diferentes, que não verifiquei: (mulheres nascidas à volta de 1960) mulheres sem filhos, 1/3 na Alemanha, 1/4 Irlanda, 1/5 UK. Mas alguns estudos pretendem que em 90% dos casos, esse facto foi involuntário. <https://www.theguardian.com/lifeandstyle/2017/oct/02/the-desire-to-have-a-child-never-goes-away-how-the-involuntarily-childless-are-forming-a-new-movement>

6 PORDATA <https://www.pordata.pt/europa/indice+sintetico+de+fecundidade-1251>

7 Nos EUA os dados (corrigidos da mortalidade infantil) mostram a clara correlação entre o momento da difusão da pílula contraceptiva e a queda abrupta da fertilidade: de 3,3 em 1960 para 1,7 em 1980. <https://ifstudies.org/blog/the-rise-of-childless-america> No presente: Total: 1,7; diferença mínima, inferior a 0,1%, entre "Negros" e "Branco"; mas diferença maior a favor dos "Hispanic". Statista <https://www.statista.com/statistics/226292/us-fertility-rates-by-race-and-ethnicity/>

8 Martin Dribe, et al. "Socioeconomic status and fertility decline: Insights from historical transitions in Europe and North America." *Popul Stud (Camb)*. 2017 Mar; 71(1): 3–21. Published online 2016 Nov 25 . [PubMed]. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5315643/>

9 Renske Keizer, 2010. *Remaining childless - Causes and consequences from a life course perspective* (PhD Dissertation, Utrecht Univ.)

https://www.researchgate.net/publication/41002856_Remaining_childless_Causes_and_consequences_from_a_life_course_perspective ; também <https://www.researchgate.net/publication/41002856>

Não renovação das gerações: e daí?

O adiamento da maternidade, a par com a decisão de ter apenas um filho, enquanto escolha individual, tem o efeito macroscópico devastador que vimos acima. As sociedades "ocidentais", todas elas atingidas quase ao mesmo nível, *deixaram de ser capazes de se reproduzirem*. As consequências antropológicas desse facto são, para muitos ainda hoje inimagináveis.

O decréscimo da fertilidade abaixo do nível de substituição das gerações, que decorre dos factores que vimos, parece só emergir na consciência colectiva quando se colocam dois tipos de problemas sociais de aparência puramente estatística, quantitativa: o envelhecimento da população e a "falta de mão-de-obra". O primeiro acarreta as doravante banais dificuldades de financiamento dos sistemas de pensões e dos sistemas de saúde e um problema "novo" resultante do aumento da esperança de vida, que é o dos sistemas de cuidados de longo prazo (Long-Time-Care) às pessoas na sua "quarta idade", que agrava o já existente problema da assistência (de saúde e relacional) às pessoas com mais de 65 anos. Quanto ao problema da mão-de-obra (já incluído no LTC), ele é pensado em termos puramente económicos e técnicos, quantitativos e abstractos. O recurso à imigração parece ser a solução milagrosa e guia-se pelo número de imigrantes necessários cada ano para suprir as faltas de autóctones. Empresas, economistas e políticos raciocinam em termos utilitários imediatos, quantificando as "necessidades". Ora os números falam: são centenas de milhares de imigrantes que são necessários por ano¹⁰. Os demógrafos tendem a ser unânimes a chamar a atenção para o facto que as pessoas imigrantes jovens, que trazem essa vantagem comparativa em termos de fecundidade, para além de alinharem os seus comportamentos com a sociedade de acolhimento, também envelhecem. Os dois factos (alinhamento e envelhecimento) conjugam-se para tornar a "validade da imigração / remédio" limitada no tempo. Mais uma razão para tornar necessário um fluxo de imigração constante e massivo. Adoptando perspectiva endógena: enquanto as mulheres residentes permanentes não alterarem o seu comportamento reprodutivo, não haverá solução sustentável.

Quais as consequências quanto à não renovação das gerações para a sociedade em geral e para as mulheres em particular? Mesmo distinguindo entre "childlessness" voluntária e involuntária, mesmo comparando as preferências pela não-parentalidade entre mulheres e homens, a conclusão impõe-se: a ausência de filhos corresponde a uma sensibilidade menor em relação às responsabilidades familiares, e à predominância de *ethos* individualistas¹¹. Destinos individuais e carreiras reprodutivas são encarados como escolhas autónomas, largamente desligadas da rede de relações familiares, e denotam alguma aversão para com as respectivas obrigações.

Limites destas análises

Neste quadro, todavia, há dados importantes que têm sido negligenciados no estudo das motivações (individuais, culturais) das pessoas que não têm nem terão filhos e vêm limitar consideravelmente a pertinência dessas interpretações

1. *10% apenas das mulheres sem filhos o são voluntariamente* (Reizer 2010). Dos 90% restantes cerca de 5% são devidos a problemas biológicos. Os restantes são casos de mulheres que adiaram demasiado a maternidade (estudos longos, carreira), ou que "não encontraram o parceiro certo no momento certo", ou ainda que romperam uma relação anterior quando a sua "janela de fecundidade" estava a fechar o que torna problemático encontrar um novo parceiro elegível para a paternidade. É portanto um comportamento de definição de prioridades no tempo que leva muitas mulheres a sobrestimarem a sua provável fecundidade após 30 anos. Quando, como em Portugal a idade das mães no nascimento do primeiro filho é *em média* de 31 anos¹², aumentam as probabilidades para que esse primeiro seja também o último.

10 De facto, os imigrantes originários de países com forte fertilidade tendem a "alinhar" os seus comportamentos reprodutivos com os das sociedades europeias que os acolhem. Sensível a partir da segunda geração, o alinhamento é completo na terceira. O que exige a continuidade do fluxo de "importação" de "filhos"... de outrem, mesmo que sejam as filhas jovens adultas, futuras mães. Cf. <https://www.insee.fr/fr/statistiques/6793238?sommaire=6793391>

11 Renske Keizer, 2010. *Remaining childless : Causes and consequences from a life course perspective*, Phd Dissertation, Utrecht University, the Netherlands.

2. Também deixámos de lado por ora o fenómeno intimamente relacionados com o precedente que é o dos *homens* que ficarão sem filhos. Durante muito tempo esquecido ou ignorado¹³, os "*childless men*" são praticamente tão numerosos como as mulheres e as consequências psicológicas e sociais tão devastadoras como as que sofrem as mulheres (e, segundo certos estudos, piores, Keizer and Ivanova 2017).

3. O demónio das médias anda por aí. Constatar que em média as mulheres portuguesas têm uma fertilidade de 1,35 (ou algo aproximado), esconde disparidades tão importantes como o carácter voluntário ou involuntário da "*childlessness*". Se estimarmos (Pordata, etc.) que 20% das mulheres portuguesas, como as suas congéneres dos países europeus que citámos, terminam a sua vida reprodutiva sem filhos, isso implica que a fertilidade das que têm filhos é bem superior ao que diz a média. Se em 100 mulheres com uma média global de 1,35 filhos, 20 não têm filhos, as 80 que restam têm logicamente mais que 1,35 filhos. Simulando à mão: $80 \times 1,7 = 1,36$. Para obter a média global de 1,35 com vinte por cento de zero filhos é preciso que os 80% restantes tenham uma fertilidade de 1,7. Mas as 80% que serão mães não têm todas o mesmo comportamento reprodutivo. A média de 1,7 esconde disparidades interessantes. Não entramos nesse grau de detalhe. É pena, mas não é possível aqui.

4. Por último, uma nota metodológica: se, numa população $\pm 20\%$ das mulheres terminam o seu ciclo reprodutivo sem terem filhos, as restantes 80% têm ou terão filhos. O fenómeno maioritário tende a desaparecer perante o minoritário. Ora, estas 80% têm filhos porque os querem ou quiseram. Com a contracepção e a despenalização do aborto diminuíram drasticamente as gravidezes indesejadas. Conclusão: as mulheres portuguesas - como as outras - *querem ter filhos*. Resta entender porque é que limitam o seu número. Porque é que a fertilidade efectiva é inferior à desejada (ou "ideal")...

Recurso à imigração: barrigas de aluguer à escala de massa

Partamos da base: a decisão de não ter filhos ou em média "pouco mais de um" por mulher tornou-se maioritária nas sociedades ocidentais. As mulheres sabem que a preservação das vantagens educativas, profissionais, económicas e em termos de estilo de vida ("liberdade de solteiras") passa pelo adiamento da maternidade e pela limitação do número de filhos. Em função dessas prioridades, o seu comportamento reprodutivo é racional ao nível individual, mas muda de significado ao nível societal. O recurso à imigração como maneira de compensar o défice de fecundidade tem um significado chocante, que tem sido quase totalmente ignorado. Tudo se passa como se as mulheres ocidentais transferissem o encargo biológico (o tal custo de oportunidade da maternidade) para as mulheres extra-ocidentais, de modo que os filhos destas venham ocupar os lugares produtivos e sociais em geral que os delas já não são suficientes para preencher. É a essas mulheres de países mais pobres que incumbe engravidar e parir "para nós" - gratuitamente, trágico dispositivo que equivale estritamente à prática individual do recurso a "barrigas de aluguer", mas levado à escala global e com a notável diferença que neste dispositivo as mães de aluguer não são remuneradas.

(continua)

12 Se a média define o centro da curva (sem ser a mediana), temos o direito de supor que quase metade do total dos primeiros nascimentos acontece a idades superiores a 31 anos, com valores que vão até aos 42. Quanto mais avançada a idade da mãe no primeiro parto (vivo), mais provável é que seja o último filho. Filhos únicos.

13 Sem dúvida em virtude de estereótipos com origem na misandria que passam sob os radares de sociedades exclusivamente preocupadas com a misoginia. Estereótipos igualmente nocivos nos dois casos simétricos. Renske Keizer and Katya Ivanova. "The Differential Importance of Couple Dynamics for the Wellbeing of Childless Men and Women in the Netherlands" in Michaela Kreyenfeld, Dirk Konietzka. (Eds.). *Childlessness in Europe: Contexts, Causes, and Consequences*. Springer Cham, Ebook Published: 11 January 2017 2017.